

FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL ARCANJO
FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

EDUCAÇÃO PERENE SOB A LUZ DO TOMISMO:
ESCLARECENDO CONCEITOS, DESFAZENDO EQUÍVOCOS

ANÁPOLIS-GOIÁS

2014

VAGNER NETO RIBEIRO

EDUCAÇÃO PERENE SOB A LUZ DO TOMISMO:
ESCLARECENDO CONCEITOS, DESFAZENDO EQUÍVOCOS

Trabalho de Conclusão para a obtenção do diploma de graduação no Curso de Licenciatura em Filosofia, da Faculdade Católica de Anápolis.

Orientador: Pe. Ms. João Batista de Almeida Prado Costa

ANÁPOLIS-GOIÁS

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

VAGNER NETO RIBEIRO

Educação Perene sob a Luz do Tomismo: Esclarecendo conceitos, desfazendo equívocos.

Trabalho de Conclusão para a obtenção do diploma de graduação no Curso de Licenciatura em Filosofia, da Faculdade Católica de Anápolis, apresentado em 24/06/2014 e aprovado com a nota: 80.0 (oito inteiros).

BANCA EXAMINADORA

1. Prof. Pe. Ms. João Batista de Almeida Prado Costa (F.C.A.) _____
2. Prof. Ms. Patrícia Sheyla Bagot de Almeida (F.C.A.) _____
3. Prof. Esp. Goiany Arruda de Oliveira (F.C.A.) _____

RESUMO

RIBEIRO, Vagner Neto. *Educação Integral sob a Luz do Tomismo: Esclarecendo Conceitos, Desfazendo Equívocos*. Trabalho de Conclusão (Curso de Licenciatura em Filosofia)-Faculdade Católica de Anápolis (FCA), Anápolis, 2014.

Este trabalho foi realizado para explicitar as diferenças entre as educações tradicionais católica e laica. Tem por objetivo evidenciar a origem histórica, as diferenças essenciais e os equívocos em torno da educação tradicional católica, cometidos por pedagogistas e apologistas das tendências educacionais contemporâneas. Por fim, expõe os pontos-chaves da educação, tão exaltados atualmente na pedagogia, mas, que apenas com um olhar mais amistoso para o tesouro conservado na tradição católica, boa parte das obras de autores contemporâneos se tornaria prolixa. Tem por metodologia a bibliográfica, formada por livros e arquivos disponíveis na internet.

Palavras-chave: Educação, Católica, Laica, Pedagogia, Tomás de Aquino.

ABSTRACT

RIBEIRO, Vagner Neto. *Integral Education in the Light of Thomism: Clarifying Concepts, Dispelling Misconceptions*. Work Completion (Bachelor of Philosophy) Faculty of Catholic Annapolis (FCA), Annapolis, 2014.

This study was conducted to clarify the differences between traditional Catholic and secular educations. Aims to highlight the historical origin, the essential differences and misconceptions around the traditional Catholic education, committed by pedagogists and apologists of contemporary educational trends. Finally presents the key points of education, as currently exalted in pedagogy, but only with a friendlier for treasure preserved in the Catholic tradition, most of the works of contemporary authors looking to become verbose. Its methodology literature, consisting of books and files available on the internet.

Keywords: Education, Catholic, Secular, Pedagogy, Thomas Aquinas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CAPÍTULO I: AS DUAS EDUCAÇÃOES TRADICIONAIS.....	9
1.1. A Educação Tradicional Laica.....	9
1.2. A Educação Tradicional Católica.....	15
1.3. Uma Breve História da Educação Nacional.....	16
1.4. A Educação Tradicional Católica no Brasil.....	17
2. CAPÍTULO II: CRÍTICAS CONTRA A EDUCAÇÃO TRADICIONAL.....	20
2.1. A Relação entre Professor e Aluno.....	20
2.2. O Anti-intelectualismo e o Naturalismo psico-social.....	21
2.3. A Metodologia.....	21
2.4. Crítica da Educação Tradicional Católica à Educação Contemporânea.....	22
3. CAPÍTULO III: EDUCAÇÃO INTEGRAL E FILOSOFIA PERENE: ESCLARECENDO CONCEITOS, DESFAZENDO EQUIVOCOS.....	24
3.1. O Ensino, a Pedagogia e a Educação.....	24
3.2. O Tomismo e a Educação.....	25
3.3. A Família e a Educação.....	26
3.4. O Professor.....	27
3.5. O Aluno.....	30
3.6. A Educação e sua Meta.....	31

CONCLUSÃO.....34

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....36

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da filosofia da educação, mais precisamente da educação tradicional, sob a luz do tomismo. Sua fundamentação teórica é composta por obras de autores respeitados que tratam da filosofia perene, da educação tradicional católica, e defensores de concepções educacionais modernas e contemporâneas, além de textos e arquivos disponíveis na internet. Visa mostrar os equívocos históricos e ideológicos, que levaram a educação tradicional católica ao quase esquecimento e a educação nacional ao nível em que se encontra atualmente, e apresentar os princípios perenes que a educação deve conservar para atender aos anseios do homem, de uma forma integral.

O primeiro capítulo faz uma análise histórica e conceitual, mostrando que há equívocos em torno da educação tradicional, causados principalmente pelo fato de existir não uma, mas sim duas vertentes de educações tradicionais: a religiosa e a leiga, sendo esta última fruto da Reforma e da Modernidade. A partir da distinção e da história destas, compreendem-se tais críticas e a pandemia de idéias entre concepções da educação na contemporaneidade.

O segundo capítulo traz uma série de críticas à educação tradicional, não diferenciando as vertentes confessionais e as leigas, pois, por motivos históricos e políticos, no Brasil, algumas vezes as duas são tomadas por uma, por alguns defensores de concepções educacionais contemporâneas (MENDONÇA, M. 2011).

O terceiro capítulo enumera os principais pontos da educação tradicional de origem católica, pois mesmo diante de alguns abalos internos, das diversas críticas da Modernidade, do Iluminismo e da contemporaneidade; esta se mostra constante, verdadeira, completa e harmoniosa, porque ainda conserva os princípios cristãos e a filosofia perene, duas das três bases sobre as quais o Ocidente se ergueu ao longo dos séculos. Este capítulo também esclarece alguns termos relativos à educação, e apresenta os princípios filosóficos que a educação deve manter para formar o homem de uma forma verdadeiramente integral.

As muitas idéias educacionais contemporâneas tentam dar basicamente uma solução ao problema da qualidade; mas seus erros residem em suas concepções de educação. Elas consideram a educação a partir de aspectos muito particulares como o social, o psicológico, o mercadológico, o biológico, etc.

Em uma leitura das fontes encontradas na internet, citadas na bibliografia, percebe-se uma variedade de soluções propostas ao problema da qualidade educacional, sempre se fundamentando nas várias ciências experimentais e em críticas à educação tradicional. Após uma leitura das obras que defendem a educação tradicional católica, e uma comparação entre as críticas e as defesas, fica claro que o problema não se resolve dando novas soluções a velhos problemas, mas sim mantendo a essência e continuando com o que estava dando certo.

A educação contemporânea é fruto da Modernidade e do Século das Luzes, e assim como estes, posiciona-se de maneira mais crítica aos modelos clássicos do que procura solucionar os antigos problemas; e quando o faz, apóia-se em visões minimalistas da realidade, concepções estas baseadas principalmente nas ciências experimentais e particulares, o que não resolve o problema, mas antes gera uma série de conseqüências negativas.

O problema não está na utilização das várias ciências na educação, pois estas de fato são um bem e contribuem em muito para melhorar a educação. O problema está em considerá-las como as únicas soluções da educação; elas são um meio, uma ferramenta nas mãos do educador, não o fim da educação. O grande problema da educação é a chamada “metodomania”, e esta está impregnada de pragmatismo e utilitarismo.

A educação tradicional católica, que teve seu apogeu na Escolástica - período este em que todos os conhecimentos humanos constituíam um conjunto harmonioso, as várias ciências desenvolvidas até então estavam submetidas à filosofia e esta à teologia - pode ser a solução do grande problema da educação contemporânea: a qualidade. Isto porque ela conserva alguns traços que a Modernidade tentou destruir, como a unidade, a hierarquia, a disciplina e o respeito ao homem em sua dignidade e totalidade. Não é à toa que entre os melhores colégios nacionais, os lugares de destaque são ocupados por instituições confessionais católicas tradicionais, como o colégio de São Bento (MENDONÇA, A., 2011).

Tendo em vista a formação do ser humano em sua integralidade, o presente trabalho explicitará o equívoco que envolve a educação tradicional e enumerará os pontos-chaves da educação, tendo por guias a filosofia perene e a educação tradicional católica.

1. CAPITULO I: AS DUAS EDUCAÇÃO TRADICIONAIS

Existem autores que situam a origem da educação tradicional no século XIX (MOURÃO, s.d.), outros no XVIII (JUNIOR, s.d.) e alguns no fim do século VIII (FRANCA, 1969, p. 88). Para melhor entender a discrepância entre tais datas, se faz necessário aprofundar na história do Ocidente e da filosofia. Um dos representantes das concepções educacionais contemporâneas fornece a origem do termo “pedagogia tradicional”:

A denominação “concepção pedagógica tradicional” ou “pedagogia tradicional” foi introduzida no final do século XIX com o advento do movimento renovador que, para marcar a novidade dos propósitos que começaram a ser veiculados, classificaram como “tradicional” a concepção até então dominante. Assim, a expressão “concepção tradicional” subsume correntes pedagógicas que se formularam desde a Antiguidade, tendo em comum uma visão essencialista de homem e uma visão pedagógica centrada no educador (professor), no adulto, no intelecto, nos conteúdos cognitivos transmitidos pelo professor aos alunos, na disciplina, na memorização. Distinguem-se, no interior dessa concepção, duas vertentes: a religiosa e a leiga. (SAVIANI, 2008).

1. 1. A educação tradicional laica

É possível arrastar sua origem até o Nominalismo Ockhamiano, pois:

O teólogo escolástico inglês Guilherme de Ockham (1285-1347) ou William de Ockham, é considerado o precursor do racionalismo, do cartesianismo e do empirismo moderno. Em suas obras, Ockham separou razão e fé, filosofia e teologia, e desenvolveu uma doutrina científica a partir do princípio de que só a experiência (proporcionada pelos sentidos humanos) permite conhecer a causa das coisas. (CANCIAN, 2008)

Ora, na Idade Média, a educação privilegiava o *trivium* (estudo da linguagem) em detrimento do *quadrivium* (estudo das coisas). Este método de investigação levou à questão dos universais que agitou a vida intelectual deste período, por envolver questões lingüísticas, epistemológicas e teológicas. Tal questão era basicamente sobre a relação entre as palavras e as coisas (COTRIM; FERNANDES, p.: 211, 2010).

Para Ockham, *pluralistas non est ponenda sine necessitate*, não se deve multiplicar os seres sem necessidade. Assim, ele nega “o valor universal e objetivo do conhecimento humano e a harmonia entre a fé e a razão”, demonstrando um ceticismo em relação à capacidade cognitiva do homem, pois não seria possível dar provas convincentes de Deus e da imortalidade da alma (MONDIM, pp.: 200 e 201, 1985).

Com isto, a “navalha de Ockham” começa a dar os primeiros golpes pesados contra todo o edifício cultural do Ocidente, abalando a Escolástica internamente. A partir daí, com um salto no tempo, do século XIII para o século XVI, na Reforma, seus princípios foram invocados pelos reformadores, e Lutero considerava o *Venerabilis Inceptor* como “o primeiro e mais genial dos doutores escolásticos” (FRANCA, 1969, p.119).

Martinho Lutero (1483-1546) iniciou o movimento de cisão religiosa do Ocidente, na chamada Reforma, em 1517, com as suas 95 Teses. Até o século XVI, a educação estava nas mãos da Igreja; e a partir deste século, surgem as Nações-Estado, que se opuseram ao Papa, e inicia-se a classe média (RAMIRO, 2012). Pertence a Lutero a idéia de uma escola pública e para todos, dividida em três níveis (básico, médio e superior). O reformador também defendia a salvação apenas através da fé, contrariando o princípio da manifestação da justiça divina no plano terreno na forma do julgamento dos atos, e a livre consulta as Escrituras, através de publicações nas línguas vernáculas, o que valorizou a alfabetização. Assim, o protestantismo foi ao encontro dos anseios da classe média emergente, pois esta via na educação a possibilidade de uma aceitação da ascensão social. Apesar de acreditar na salvação apenas pela fé, Lutero afirma que o poder temporal, na figura do Estado, é responsável pela administração da vontade divina, sendo, conseqüentemente, a obediência civil um dever moral e a rebelião, um pecado. No período em que Melanchthon (1497-1560) foi o porta-voz da Reforma, surgiu o sistema de escolas públicas, atendendo aos anseios da população e dos governantes, pois este sistema tinha a finalidade de preparar para o trabalho, e dava a possibilidade de prosseguir os estudos (FERRARI, 2011).

Embora um dos estandartes da Reforma tenha sido a tradução da Bíblia para o vernáculo, para viabilizar a livre consulta, se faz necessário ressaltar que a Igreja nunca foi contra tal fato. O latim era o idioma oficial do Ocidente naquele período, como o é hoje o inglês, e a maioria das pessoas eram analfabetas, sem mencionar o fato de que a copia dos textos sagrados era feita manualmente, graças aos monges copistas, o que limitava a produção, reprodução e o alcance dos escritos. A popularização da leitura e a acessibilidade das Escrituras devem mais à prensa de Gutenberg do que à Reforma (RODRIGUES, pp. 189 a191, 2012).

Uma crítica que se pode dirigir a Lutero é a consequência na educação de sua negação ao livre arbítrio. Até hoje, alguns representantes do protestantismo, citando algumas passagens bíblicas, dão mostra disto:

[...] a vontade do homem está cativa do pecado e que ele não somente não pode fazer o bem, mas nem mesmo pode desejar (querer) fazê-lo (Romanos 8:7-8). Particularmente, ele não pode praticar o maior de todos os bens, ou seja, escolher a Deus e a Cristo. [...] o homem não pode crer em Cristo, a menos que isto lhe “seja dado do alto” (João 6:44)[...] não é a vontade do homem, mas sim a vontade soberana e eterna de Deus(predestinação)que é fato decisivo na salvação(Atos 13:48; Filipenses 2:13). (HANKO, s.d.).

Ora, se o homem não pode conhecer a verdade e querer ou praticar o bem, então para que e por que educá-lo? “Só pela fé, precisamente apenas pela fé sem obras, é que o pecador se une a Cristo. [...] Daí Lutero chega à negação do livre arbítrio, pois se o homem pudesse decidir-se por si mesmo seria seu próprio salvador e não precisaria de Cristo” (VIDAL, s.d.). No catolicismo, ao contrário do protestantismo, existe a doutrina da graça santificante, que possibilita ao cristão conhecer a verdade, fazer o bem e evitar o mal. Tal graça santificante nada mais é do que o amor que Deus tem pela humanidade, sua criação, e tal amor se manifesta no homem através do uso pleno da razão e em sua fé e, conseqüentemente, em suas obras, fazendo com que ele mereça a vida eterna (RAMALHETE, 2012).

Mais especificamente, a graça é uma dádiva gratuita e, em teologia, “o dom da salvação ou de alguma condição essencial da salvação que Deus oferece ao homem, independente dos méritos (se estes existem) do próprio homem”. Aqui entram duas posições diferentes em relação à Graça: 1ª- a Graça é necessária e fundamental à salvação (Agostinho, jansenismo, Reforma), submetendo a vontade humana à divina, o que culmina na tese da predestinação e o problema de que Deus seria o criador do mal; 2ª- a Graça seria necessária à salvação, mas não passaria sobre o livre-arbítrio humano (Anselmo, Tomás, Luis de Molina), de modo que haveria dois níveis de Graça, a Graça suficiente, dada a todos os seres humanos, necessária a salvação, e a Graça eficaz, que seria alcançável ao homem e é infalível, respeitando assim o livre-arbítrio (ABAGNNANO, pp. 568 e 569, 2007).

Com o protestantismo, a educação começa a passar das mãos da Igreja para as do Estado, já que este, para Lutero, é o administrador da vontade divina na terra. Faz-se importante destacar que:

A pedagogia desenvolvida pelas escolas de confissão protestante também se insere nessa concepção [de educação tradicional religiosa], ainda que,

como um movimento de reforma da Igreja Católica, o protestantismo participa do movimento de laicização, de crítica à hierarquia [...] que marcou a constituição da ordem burguesa (SAVIANI, 2008).

Durante a Reforma, nasce René Descartes (1596-1650), o pai da Modernidade (FRANCA, 1969, p.142), que deixou como principais contribuições a humanidade e, indiretamente, à educação, um alerta em relação à importância do método, e também deixou o seu próprio, o chamado método cartesiano. Seu método parte da dúvida metódica, que, para ele, consiste em basicamente duvidar de tudo. Este método, que é dedutivo, possui quatro regras: só aceitar como verdadeiro o que for claro e indubitável; dividir cada problema em tantas partes necessárias; analisar cada parte plenamente, acrescentando-a ao conhecimento do todo; sempre levar em consideração que tudo pode ser fonte de erro. Desta forma, Cartésio contribuiu de forma considerável ao avanço das ciências experimentais, pois seu método dá uma forma de produzir conhecimentos científicos seguros (BORGES, s. d.).

São várias as críticas dirigidas a Cartésio, sendo as três primeiras as que melhor se aplicam a educação tradicional leiga: menosprezo à tradição, o que o levou a cair em erros evitáveis; desnaturação da dúvida metódica em dúvida universal; o círculo vicioso do seu método; a já rejeitada prova ontológica da existência de Deus; o apriorismo exagerado e o menosprezo pelos sentidos e a experiência (FRANCA, 1969, pp. 146-147).

Contemporâneo a Descartes, em Francis Bacon (1561-1626), o caráter metafísico e religioso do conhecimento é substituído pela objetividade da ciência experimental. Seu desejo de reorganizar o conhecimento humano baseado no conhecimento científico foi compartilhado por educadores, filósofos e estadistas de seu tempo; sendo que estaria a cargo da educação escolar a divulgação deste conhecimento, devidamente unificado, uma vez que, na *Nova Atlântida*, Bacon propõe, através da *Casa de Salomão*, uma sociedade que domina o mundo ao seu redor. O autor da *Instauratio Magna* também propõe um método para a produção de conhecimento seguro, o método empírico indutivo, que se destaca, não por ter dado alguma contribuição as ciências, mas sim, por frisar a importância da experiência e propor uma filosofia prática (GALVÃO, 2007).

Quase um século após Descartes e Bacon, o Estado absolutista estava emergindo e conseqüentemente surgem seus defensores. Jean Jacques Rousseau

(1712-1778), em seu romance *Emile* propõe um sistema educacional baseado em sua teoria da origem da sociedade, o chamado contrato social. Esta teoria contratualista afirma que o homem primitivo vivia feliz em um estado natural, o bom selvagem, no qual o homem seria bom e inocente, vivendo de acordo com seus impulsos. A sociedade então nasce de um contrato livre, o que acabou com a felicidade e corrompeu o homem, confinando-o na vida social. Agora, já que é impossível retornar a este estado original, o meio mais próximo da felicidade seria o maior desenvolvimento da atividade individual (FRANCA, 1969, p.171). Na época de Rousseau, um tema central na filosofia é a justificativa do Estado, suas possíveis origens e fundamentação de sua autoridade; daí vem suas influências diretas na educação, sendo que esta, devido à Reforma, já se encontrava, majoritariamente, nas mãos do Estado. A educação então deveria ser o mais natural possível, dentro da concepção de Rousseau, não sendo repressora ou conteudista (naturalismo, anti-intelectualismo) e muito menos na escola, mas antes na família, guiada pelo exemplo, incentivando a criança a se expressar naturalmente (DALBOSCO, pp. 04 a 14, s.d.).

Além de Rousseau, o Enciclopedismo, como um todo, também exerceu uma grande influência sobre a educação laica, pois as idéias do Século das Luzes, que nortearão a composição da *Encyclopédie Méthodique*, foram a valorização da razão em detrimento e substituição a fé, valorização da atividade científica, crítica à Igreja e ao clero, comprometimento com o Estado absoluto, o deísmo, e o contratualismo (DUARTE, 2013); como é perceptível em tal passagem:

O primeiro sistema de educação estatal (ou por franquia do estado, como no modelo brasileiro) realmente eficiente, porém, foi o estabelecido por Frederico I da Prússia, dentro do quadro deste Estado despótico. "Educação rumo ao Estado, educação para o Estado, educação pelo Estado. (...) O Estado é o fim supremo em vista" (RAMALHETE, 2012).

Com a Reforma já consolidada, surge Immanuel Kant (1724-1804), um pietista, pai do criticismo e influenciador do idealismo alemão, não deixou nenhuma contribuição direta à educação. Sua influência na educação está em sua proposta para a questão levantada por Descartes, a da segurança do conhecimento. Kant acaba por concluir que o conhecimento é sempre do indivíduo e de suas percepções, e não da coisa em si. Esta subjetivação do conhecimento termina com o processo da virada epistemológica, saindo do paradigma ontológico e se fixando no epistemológico, uma vez que não seria possível o conhecimento do outro, mas

sim um conhecimento do conhecimento. A partir deste momento, a educação perde até mesmo seu significado nominal e passa a ser vista como um mero processo de ensino-aprendizagem (RAMALHETE, 2012).

Apesar de possuir influência forte e clara de pensadores modernos, a educação tradicional laica não é chamada de educação moderna, porque a designação educação tradicional surgiu no século XIX, sendo utilizado por representantes do movimento de renovação educacional (Escola Nova) para distinguir suas idéias e práticas das até então dominantes (SAVIANI, 2008).

A partir desta linha de tempo compreendem-se as críticas feitas à educação tradicional. A perda da unidade religiosa ocidental, as constantes críticas à autoridade eclesiástica e a tradição refletem-se na educação sob a forma da autoridade suprema da razão humana, que se manifesta no Estado absoluto e nas ciências e isto se personifica nas escolas, na pessoa do professor, representante do Estado, uma autoridade imposta e não natural, pois na educação clássica a autoridade do professor vem dos fatos de ele possuir em ato o que os alunos possuem em potência, e ser um suplente dos pais. Já a didática, é herança do cartesianismo e seu método, o qual visa a subjugar a realidade ignorando a experiência e os sentidos; e os conteúdos das diversas disciplinas atendem ao desejo de Bacon, pois a escola se limita a divulgar, principalmente, os conhecimentos das várias ciências; e com a virada epistemológica, que passou do modelo clássico do conhecimento do ser para o conhecimento do conhecimento (o que é contraditório, pois se a mente não pode conhecer a realidade, o ser, como ela poderia conhecer-se a si mesma?), se entende que não é possível conhecer a realidade em si, então se torna possível apenas conhecer o conhecimento, daí o intelectualismo, que torna o livro didático uma espécie de enciclopédia, a exemplo da pretendida por alguns iluministas. Daí vêm as principais diferenças entre a educação tradicional religiosa e a laica, pois

A vertente leiga da pedagogia tradicional centra-se na idéia de “natureza humana”. Diferentemente, portanto da vertente religiosa que considera a essência humana como criação divina, aqui a essência humana se identifica com a natureza humana. Essa concepção foi elaborada pelos pensadores modernos [...]. A escola surge, aí, como o grande instrumento de [...] difusão das luzes, tal como formulado pelo racionalismo iluminista que advoga a implantação da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória (SAVIANI, 2008).

A esta lista de nomes e datas poderiam facilmente acrescentar-se vários outros nomes, cada um com sua respectiva contribuição à modernidade, como: Marsílio de Pádua (1208-1343), Maquiavel (1469-1527), Hobbes (1588-1679), Galileu (1564-1642), Montesquieu (1689-1755), Newton (1643-1627) e Tocqueville (1805-1859); além de acontecimentos marcantes na história da civilização ocidental como a Revolução Francesa (1789) (BARCELLOS, pp.171 a 175, 2009).

No Brasil, a chegada e consolidação das idéias modernas e iluministas, na educação, são marcadas por três fatos: 1º a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marques de Pombal, visando à implantação do Estado Moderno em Portugal e suas colônias. Os jesuítas desde sua chegada ao nosso território se dedicaram à educação de todos: portugueses, índios, escravos, etc. 2º a fundação do Colégio Dom Pedro II, que seria modelo imposto a todas as instituições de ensino nacionais; e o 3º a uniformização do ensino nacional efetuada por Getulio Vargas, através da fundação do Ministério da Educação, dos Negócios e Saúde Pública, o atual MEC (RAMALHETE, 2012).

1. 2. A educação tradicional católica

“A vertente religiosa da pedagogia tradicional afunda raízes na Idade Média tendo como manifestação filosófica característica as corrente do tomismo e do neotomismo, referência fundamental para a educação católica” (SAVIANI, 2008).

A Patrística teve seu início no século II e foi até o século VIII, tendo como o seu maior nome o platônico Santo Agostinho de Hipona. Ela é historicamente sucedida pela Escolástica, de *schola*, escola em latim, que se inicia no século IX e vai até o século XVII, se trata de um conjunto de doutrinas que tentam conciliar a fé e a razão, desenvolvidas em escolas e universidades européias medievais. Neste período se destaca São Tomás de Aquino, um aristotélico e um dos maiores nomes do pensamento medieval. Como a verdade havia sido revelada aos homens por Deus, cabia aos filósofos apenas demonstrar racionalmente as verdades da fé. A Escolástica pode ser dividida em três períodos: do século IX ao XII, a confiança na perfeita harmonia entre a fé e a razão; do século XIII ao início do XIV, período de grandes sistemas filosóficos e se considerava que a conciliação entre a fé e a razão pode ser parcialmente obtida; e do século XIV até o século XVI período de decadência, marcado pela afirmação das diferenças entre razão e fé (SILVA, 2012).

A origem da Escolástica remonta a Carlos Magno. Este, após sua viagem a Itália, onde florescia as boas letras, em 787 recomendou a fundação de escolas por todo o império. Os primeiros mestres da Europa eram de origem irlandesa, pois a Irlanda fora preservada, desde sua conversão ao cristianismo, das invasões bárbaras. Foram fundados três tipos de escolas: as monacais, as catedrais e as palatinas. O programa de ensino compreendia o *trivium* e o *quadrivium*, rudimentos de ciências naturais, filosofia e teologia. Os métodos utilizados eram a *lectio*, ou um comentário a um texto, e a *quaestio*, discussão ou dissertações sobre determinado tema. Nos fins do século XII, acontece a introdução das obras completas de Aristóteles na Europa, traduzidas do grego para o latim; a fundação das ordens mendicantes de São Francisco e São Domingos, de onde saíram os melhores mestres das universidades medievais; e se dá a união das várias escolas francesas, resultando no surgimento da Universidade de Paris, a qual seria inspiração de outras instituições como Oxford, Cambridge, etc. (FRANCA, 1969, pp. 88 e 99).

Como se percebe ao observar as datas, os autores e os acontecimentos explicitados nestes dois subcapítulos, fica clara a cisão nas concepções teológicas, antropológicas, cosmológicas e educacionais, mudando do paradigma teológico, representado pela Igreja católica e toda a tradição que a segue; para o paradigma antropocêntrico, representado pelo Estado absoluto.

A Escolástica resiste até hoje na forma do pensamento católico tradicional (DUARTE, 2013). Diante da multipolaridade hodierna em vários campos, como no político, no cultural, no econômico, a escola não saiu ilesa. Existem várias concepções educacionais (FOGAÇA, s.d.), que têm em comum o posicionamento anti-tradicional, que por sua vez é multiplicado quando se trata da educação tradicional confessional católica (MENDONÇA, M., 2011). Dom Lourenço de Almeida Prado é enfático quanto a isto:

No quadro desses apelos do tempo, torna-se mais urgente e imperiosa a presença da Igreja no chamado pluralismo cultural hodierno. Quando se multiplicam os contravalores que degradam o homem, a referência a Jesus Cristo assume significação ainda maior para discernir os valores verdadeiros. A escola é, assim, solicitada a formar personalidades fortes, capazes de resistir ao relativismo e capazes, ainda de fazer face ao materialismo, ao pragmatismo e ao tecnicismo reinantes (12). (PRADO, 1984. p. 358)

1. 3. Uma breve história da educação nacional

As idéias educacionais no Brasil podem ser, superficialmente, divididas em tais períodos: 1549-1759 o monopólio da educação tradicional católica, cultivada pelos jesuítas com o apoio da Coroa portuguesa, tendo seu ápice na concepção do *Ratio Studiorum*; 1759-1932 coexistência das educações tradicionais religiosas e leigas, a expulsão da Companhia de Jesus, efetuada pelo Marques de Pombal, a afirmação das idéias pedagógicas republicanas em bases positivistas e laicas; 1932-1969 convívio da educação tradicional laica com a crescente Escola Nova, suplantação da primeira pela segunda, formação da pedagogia tecnicista; 1969-2001 domínio da concepção produtivista, Paulo Freire, neo-produtivismo, neo-escolanovismo, neo-constitutivismo e neo-tecnicismo (GONÇALVES, 2009).

Por Escola Nova se entende o movimento educacional que ocorreu na Europa e nas Américas, influenciado pelas idéias de Dewey e Durkheim. Seus representantes brasileiros são Anísio Teixeira (1900—1971) e Lourenço Filho (1897-1971). Inicia-se no Brasil com a promulgação do chamado Manifesto dos Pioneiros (1932). Segundo Dewey, a escola não deve preparar para a vida, mas sim ser a vida, propiciando uma permanente reconstrução da experiência de aprendizagem e democratização das oportunidades (HAMZE, s.d.).

1. 4. A educação tradicional católica no Brasil

Esta se inicia logo após a colonização, pois naquele tempo havia apoio da Coroa portuguesa aos jesuítas. A partir de 1549, a Companhia de Jesus implantou os primeiros colégios, inicialmente na versão do Plano de Nóbrega. Neste período se destacam o espírito da Contra-Reforma, a catequização, as idéias e a pessoa de Anchieta. Nomes de menor vulto, mas que deram contribuição a este período são: Leonardo Nunes, Antonio Pires, Azpilcueta Navarro, Diogo Jacome, Vicente Rijo Rodrigues, Manuel de Piva, Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues, Lourenço Braz, Ambrosio Pires, Gregório Serrão, Antonio Blasques, João Gonçalves e Pero Correia. Estes primórdios da educação tradicional católica brasileira foram suplantados pelo plano geral de estudos, o *Ratio Studiorum*, elaborado de 1584 a 1599, o qual possuía regras sobre os detalhes mínimos do funcionamento dos colégios jesuítas. O que se percebe no *Ratio* é uma concepção do homem constituído por uma essência universal e imutável, na qual a educação tem o papel de amoldar o homem à imagem e semelhança de Deus, pois a essência humana é

uma criação divina. O tomismo é o fundamento do *Ratio Studiorum*. Devido ao Padroado, Portugal não poderia desligar-se de forma tão abrupta da Igreja, então o Marquês substituiu uma de suas principais linhas de resistência ideológicas, a Companhia de Jesus, por membros da Igreja que compactuavam com as idéias modernas, dando destaque aos padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri, ou Oratorianos. A partir disto, se entende porque um dos principais obstáculos à expansão da Escola Nova na década 1930 foram, justamente, leigos e religiosos católicos como o Pe. Leonel Franca S.J. e Alceu de Amoroso Lima, sendo que este último, apesar de ser uma resistência ao Modernismo, em seus escritos já demonstra uma abertura às novas idéias, com a ressalva de que o essencial, o catolicismo, seja mantido. Isto acaba por se mostrar desastroso, pois é justamente através desta abertura que entram na educação tradicional católica o Modernismo e as idéias de Leonardo Boff, a chamada Teologia da Libertação, influenciada fortemente pelo marxismo de Paulo Freire, fato que é claramente perceptível em grupos católicos ligados à Teologia da Libertação e envolvidos na educação como a A.P. (Ação Popular) e a J.U.C. (Juventude Universitária Católica), entre muitos outros. Na década de 1960, os militares tomam o poder e desde então o produtivismo e o tecnicismo tem sido as concepções oficiais na educação nacional; sendo que as concepções sociológicas e marxistas dominam as instituições educacionais ideologicamente (SAVIANI, 2008).

Faz-se necessário diferenciar Modernidade de Modernismo. A Modernidade, enquanto movimento filosófico começa com o Renascimento, no século XVII, com Descartes (ABBAGNANO, p.791, 2007). A palavra Modernismo apareceu pela primeira vez na Carta Encíclica *Pascendi Domini Gregis*, do Papa Pio X. Tal palavra é uma referência a um movimento doutrinal surgido entre os séculos XIX e XX, desencadeado por teólogos e filósofos católicos. Tal Encíclica denuncia que no cerne do Modernismo existe uma série de erros que vão contra a ortodoxia católica, além de tendências racionalistas e liberais. Este movimento surgiu na França, passou pela Grã-Bretanha e chegou à Itália, onde se revestiu de aspectos sociais e políticos. Os principais nomes do Modernismo são: Loisy, Tyrrel, Le Roy, Blondel, Laberthonnière, Von Hugel, Semeria, Genouchi, Fracassini, Minocchi, Buonaiuti, Fogazzaro. Como Pio X denunciou em sua Encíclica *Pascendi*, o Modernismo se revelou tributário da filosofia Moderna, apresentando problemas graves, como o

agnosticismo, o imanentismo, o simbolismo e o subjetivismo. As reações anti-modernas, mesmo antes ou depois da *Pascendi*, não surtiram efeito (FREITAS, pp. 919 a 924, 1999).

Voltando à história da educação nacional, as reformas Pombalinas foram desastrosas, pois além de extirparem o sistema educacional jesuíta, não chegaram a ser plenamente implementadas e por isto deixaram o Brasil por um longo período sem um sistema educacional organizado e abrangente, além de ser o marco inicial de uma característica da educação brasileira, aqui as ideologias educacionais não chegam nem a florescer e são podadas para dar lugar a outras (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006).

2. CAPÍTULO II: CRÍTICAS CONTRA A EDUCAÇÃO TRADICIONAL

Existe atualmente no Brasil uma classificação das tendências pedagógicas, dividindo-as em dois grandes grupos: as tendências liberais e as progressistas. De acordo com ela, são classificadas como tendências liberais a Educação Tradicional, a Renovadora Progressista, a Escola Nova e a Técnica; e como tendências progressistas a educação Libertadora, a Libertária e a Crítico-social dos Conteúdos (FOGAÇA, s.d.). Mesmo diante de tal variedade, há quem estimule a utilização concomitante destas vertentes diversas (FOGAÇA, s.d.; MOURÃO, s.d.):

A questão entre a dicotomia da educação atual e a tradicional não é de atraso e progresso, pois a educação de hoje em dia passa por problemas sérios, isso se dá por uma falta de análise histórica nas correntes pedagógicas bem como a tradicional, já que é uma das primeiras, é necessário ser feito um comparativo e saber aproveitar cada fator necessário, cada corrente teve seus fatores positivos e negativos, tanto que a corrente que vinha a substituir a outra era fundamentada principalmente na falha da anterior, as pedagogias apareciam em contrapartida a de antes, com o objetivo de “tapar o buraco” que esta deixava, e assim sucessivamente até que se entraria num círculo vicioso, sempre uma viria a cobrir certa falha e apresentar outra [...] (MOURÃO, s.d.).

Vários autores atuais que se dedicaram ao tema da educação têm em comum um posicionamento negativo em relação à educação tradicional. Porém, se tais opiniões forem mais bem analisadas, são perceptíveis os traços caricaturais, pois a dita escola considerada tradicional é a escola real, com sua estrutura e profissionais depreciados pelo tempo, pela administração pública e por gerações de alunos que por elas passaram; enquanto as escolas ideais são as dos congressos e dos livros, das idéias (PRADO, pp. 95 e 96, 1984). as críticas progressistas à educação tradicional podem ser reduzidas a três pontos:

2. 1. A relação entre professor e aluno

Os críticos da educação tradicional afirmam que esta é uma corrente pedagógica centrada no professor, no adulto, no intelecto, nos conteúdos cognitivos transmitidos, na disciplina e na memorização (SAVIANI, s.d.), pois

O educador, que aliena a ignorância, se mantém sempre em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca. (FREIRE *apud* JUNIOR, s.d.)

A corrente progressista afirma ainda que “nesta tendência o professor é a figura central e o aluno é um receptor passivo dos conhecimentos considerados

como verdades absolutas” (FOGAÇA, s.d.). Algumas outras palavras utilizadas para se referir ao professor são: dono do saber, mestre todo poderoso, ditador, maquina de repassar conhecimento, doutor de toda a sapiência e incontestável (MOURÃO, s.d.).

“O professor, que deve ser rigoroso na tarefa de direcionar, punir, treinar, vigiar, organizar conteúdos, avaliar e julgar as produções e comportamentos que garantam a aprendizagem” (JUNIOR, s.d.). Enquanto isto o aluno é visto como um ser passivo, que deve ser preenchido pelo conhecimento (COSTA, 2012).

Esta visão é um equívoco, porque, na vertente católica, o aluno é um ser que procura aperfeiçoar-se, e o faz através da educação, sendo então o professor um auxiliar ou guia do aluno, ajudando-o na obtenção de conhecimento seguro e verdadeiro. Sua autoridade vem do fato dele possuir em ato algo que os alunos possuem em potência. O professor deve ele estar o mais próximo da verdade e por isto pode ser o guia de seus alunos. É a verdade que deve estar no centro da educação, não o professor ou o aluno (PRADO, pp. 27 a 45, 1991)

2. 2. O anti-intelectualismo e o naturalismo psicossocial

Em relação ao conteúdo, a principal crítica é quanto à utilidade dos conhecimentos transmitidos, afirmando não existir relação entre escola e a vida do aluno (JUNIOR, s.d.):

A pedagogia tradicional é marcada por um ensino baseado em verdades impostas, os conteúdos repassados eram basicamente os valores sociais acumulados com o passar dos tempos com o intuito de prepará-los para a vida esses conteúdos são determinados pela sociedade e ordenados na legislação independente da experiência do aluno e das realidades sociais, fazendo com que a pedagogia tradicional seja vista como enciclopedista. (MOURÃO, s.d.)

Como aquilo que é transmitido nas escolas é considerado inútil, o professor passa a ser um mero animador de um público, chamado de alunos, sendo então a função da escola apenas proporcionar o entrosamento social. Isto claramente é falso, pois quem aprende, aprende algo e aquilo que é considerado inútil é de suma importância, pois o homem não foi criado para ser um meio para o Estado, a sociedade ou o mercado; mas sim tem como fim a sua própria perfeição, a qual ele atinge através da educação (PRADO, pp. 27 a 45, 1991).

2. 3. A metodologia

Neste quesito, a educação tradicional é muito criticada devido a vários fatores como a hierarquia, a inflexibilidade, a invariabilidade, a insensibilidade e exigência de memorização, sendo uma forma de “educação que se dedica a cultivar, desenvolver e alimentar a inteligência, através da transmissão dos conhecimentos existentes nos livros, do professor para o aluno, para sua memória” (JUNIOR, s.d.).

Há dois fatores que levam à contestação da autoridade do professor: a fonte do material, porque, como JUNIOR afirmou acima, há professores que se limitam a transmitir apenas o livro; e a disponibilidade do conteúdo, pois as novas tecnologias, como a internet, a televisão e o rádio, tornam o conhecimento muito mais acessível aos alunos, assim como de certo modo, deixam infundada a necessidade da memorização dos conteúdos (COSTA, 2012).

Ora, na educação tradicional católica se fazia necessário decorar o conteúdo porque, em suas origens, uma das principais fontes do conhecimento dos alunos, o livro, ainda era escasso. Faz-se necessário ressaltar que, por isto, as pessoas tinham uma atenção maior, se comparadas com a atualidade. Nas salas de aula havia o *lente*, que fazia uma leitura comentada dos clássicos. Como hoje existem várias fontes de informação e conhecimento se faz necessário peneirar tudo isto que é bombardeado aos sentidos pelos meios de comunicação de massa, a fim de reter apenas aquilo que é seguro e criticamente escolhido (PRADO, pp. 92 a 94, 1991).

No ensino tradicional laico, embora este tenha surgido em um período próximo a Gutenberg e a imprensa, sua metodologia é herança da educação tradicional católica, mas agora com outras justificativas: a doutrinação protestante e a justificação do Estado Absolutista, tornando, assim, a educação em um meio de conscientização, ou divulgação e perpetuação ideológica (RAMALHETE, 2012).

2. 4. Crítica da educação tradicional católica à educação contemporânea

Como o primeiro capítulo explicitou, a educação tradicional católica é baseada no cristianismo e no melhor da filosofia clássica e medieval, e por isto conseguiu resistir aos ataques corrosivos de todos os tempos e persiste até hoje. Já a educação tradicional leiga é uma consequência da Reforma, da Modernidade e do Século das Luzes. As várias ideologias educacionais atuais são frutos da Modernidade, da Filosofia da Ilustração, das ciências biológicas, as sociais e as do inconsciente (psicanálise, psicologia, etc.). Representantes e simpatizantes de tais

ideologias têm em comum a crítica dirigida à educação tradicional, em inúmeros casos nem sequer dando ao trabalho de distinguir suas vertentes, levando em consideração apenas o fato de a instituição educacional ser ou não confessional (MENDONÇA, M., 2011).

Assim como alguns religiosos aderiram ao Modernismo e isto se refletiu na educação; contemporaneamente outros religiosos, notavelmente mulheres, também compactuam com as novas idéias na educação, devido os apelos sociais e psicológicos (SAVIANI, 2008; CARLOS, s.d.). Vários pedagogistas contemporâneos, principalmente os da chamada Escola Nova, como Decroly e Montessori, iniciaram suas experiências educacionais em escolas voltadas para alunos especiais, e em suas vivências nestes ambientes basearam sua teorias, que são deflagradas e aplicadas, indebitamente, a alunos considerados normais (CARLOS, s.d.). Se na educação tradicional eram necessárias escolas diferenciadas para alunos especiais, por motivos óbvios, na contemporaneidade, com a ideologia da inclusão social, as salas de aula são mistas entre alunos especiais e os considerados normais. Isto é trágico, porque para os alunos especiais conseguirem acompanhar os normais, estes são sacrificados, em nome da inclusão social e do politicamente correto. De modo análogo, pode-se comparar pessoas com plantas: sob as mesmas condições algumas vão obter êxito, outras perecerão na tentativa, e várias nem sequer conseguirão brotar. A escola contemporânea tende a nivelar todos os alunos, os que podem ser superdotados, os ditos normais e os considerados especiais, em um nível compatível apenas a estes últimos (PRADO, pp.142 a 144, 1991).

3. CAPÍTULO III: A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A FILOSOFIA PERENE: ESCLARECENDO CONCEITOS, DESFAZENDO EQUÍVOCOS

Através do esclarecimento de alguns conceitos e mostrando sua ligação com a educação integral, os equívocos dos pedagogismos modernos e contemporâneos acabam por se mostrar falsos e sem fundamentação válida. Segue-se uma lista de conceitos com seus respectivos significados, e em alguns casos a etimologia, para evidenciar a verdade por trás destas palavras:

3. 1. O ensino, a pedagogia e a educação

Quando se fala sobre educação, surgem duas palavras que são utilizadas quase como sinônimos: ensino e pedagogia. Tendo em vista o fim do homem e da educação, estas duas palavras não são as melhores a serem empregadas, pois elas revelam um ponto de vista que minimiza a educação, desviando-a de seu propósito.

A palavra ensino vem do latim *insignare* e tem como significado “transmissão de conhecimento, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação ou a um fim determinado; instrução” (FERREIRA, p. 766, 1999). A partir de tal definição, nota-se que o ensino é a parte prática da educação, e não ela toda. O ensino em si, quando empregado como sinônimo de educação, traz uma conotação pragmática e utilitarista; digna da tendência tecnicista ou produtivista, que tem como único fim a preparação para o mercado de trabalho.

A palavra pedagogia vem do grego *paidagogia* e significa “teoria e ciência da educação e do ensino, conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e instrução que tendem a um objetivo prático, o estudo dos ideais da educação” (FERREIRA, p. 1523, 1999). Tal definição vem carregada de cartesianismo, na chamada metodomania, que promove o antiintelectualismo com a promessa de que tudo pode ser apreendido (PRADO, pp. 234 e 235, 1991).

Por sua vez, a palavra educação possui várias etimologias sendo que, em alguns casos, ela vem do latim *educatio* e significa “processo de desenvolvimento de suas capacidades física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral [...] aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas [...]” (FERREIRA, p. 718, 1999). Tendo em vista a realidade, o sentido etimológico que complementa o anterior é *ex ducere*, que significa tirar de dentro, pois a educação tem como ponto

de partida a própria inteligência do aluno, pois se fosse o contrário, seria uma imposição externa, alheia ao aluno, um adestramento (PRADO, p. 28, 1991). Aqui é perceptivo o fato que a palavra educação, em seus sentidos etimológico e real, engloba seus ditos sinônimos, mas não se mancha com suas falhas, sendo mais completa e exprimindo melhor a função da família, da escola, do professor e do aluno. Outra definição de educação, mais superficial, mas que mostra a importância da educação é esta:

Em geral, designa-se com este termo a transmissão e o aprendizado das técnicas *culturais*, que são as técnicas de uso, produção e comportamento mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico. Como o conjunto destas técnicas se chama cultura [...] uma sociedade humana não poderá sobreviver se sua cultura não for transmitida de geração para geração; as modalidades ou formas de realizar ou garantir esta transmissão chamam-se educação (ABAGNANNO, p. 357, 2007).

3. 2. O tomismo e a educação

Santo Tomás de Aquino, mesmo possuindo uma vasta obra filosófico-teológica, escreveu pouco sobre o tema da educação. Sua obra que trata clara e especificamente de tal tema é um pequeno opúsculo composto por quatro artigos, sob o nome *De Magistro*, parte de um livro chamado *De Veritate*.

Apesar de pequena, tal obra possui um enorme valor, pois:

A doutrina pedagógica tomista, além de superior as elucubrações dos cinco séculos posteriores a Sto. Tomas, vale mais, filosoficamente falando, que as teorias modernas a partir de PESTALOZZI. Nem lhe falta atualidade, pois, os problemas acentuados por DEWEY são todos ventilados pelo DOUTOR MEDIEVAL (MAYER; FITZPATRICK, pp.13 e 14, 1935).

A educação necessita da filosofia, e em especial da tomista, pois esta salvaguarda tanto os professores quanto aos alunos de teorias errôneas que cercam e tentam, a todo custo, tomar a escola (SIQUEIRA, p.23, 1942). Ora, o tomismo é uma filosofia cristã. Daí a ligação entre religião e educação.

A palavra religião possui duas etimologias, ambas do latim:

Etimologicamente, essa palavra significa provavelmente “obrigação”, mas, segundo Cícero, derivaria de *relegere*: “Aqueles que cumpriam cuidadosamente todos os atos do culto divino e, por assim dizer, os relieram atentamente foram chamados de religiosos - de *relegere* -, assim como elegantes vem de *elegere*, dirigentes de *diligere* e inteligentes de *intelligere*; de fato, em todas essas palavras nota-se o mesmo valor de *legere*, que está presente em religião”. (*De Nat. Deor.*, II, 28, 72). Para Lactâncio (*Inst. Div.*, IV, 28) e Agostinho (*Retract.*, I, 13), porém, essa palavra deriva de *religare* [...] (ABAGNANNO, p.998, 2007).

A palavra católica significa “universal”, “completa”, “perfeita”; e vem do grego *katholikos* (STANLEY, 1998). O tomismo é a mais expressiva corrente do pensamento medieval, sendo também, o pensamento oficial da Igreja Católica Apostólica Romana. Esta instituição foi e ainda é uma das maiores educadoras que o Ocidente já viu; conservadora, beneficiadora e propagadora dos conhecimentos produzidos por gerações que a muito se arrastam na história (SIQUEIRA, pp. 67,74 a 76, 1942; FRANCA, p. 85, 1969).

3. 3. A família e a escola

De acordo com Pio XI, na carta encíclica *Divini Illius Magistri*, a educação começa em casa. O direito e o dever da família em educar as próximas gerações não pode ser tomado por qualquer outra instituição. O Estado, a escola, o professor e até mesmo a Igreja devem respeitar a família em relação a sua prole (PIO XI, 1929), pois é um fato a muito conhecido, mas aparentemente esquecido, de que a família é anterior a estas organizações mais complexas (ARISTÓTELES, p.181, 2012). De fato a criança tem o direito à educação, mas como ela não tem condições de reivindicar tal direito, a responsabilidade de educar as novas gerações é, necessariamente, de seus pais (PRADO pp. 72 a 74, 1991). De acordo com Santo Tomás, o filho é algo dos pais e estes têm algo de Deus, enquanto princípio de geração e educação. Os pais também ligam os filhos ao organismo social, pois é através de sua família que o indivíduo entra em contato e se insere na sociedade. “Deus, concedendo à família a fecundidade, dá-lhe também a obrigação de dar à sociedade um ser vivo inteiro e perfeito. Para tanto, porém, é necessário o direito de educar.” Como a educação tem de ser conforme a natureza da criança, ninguém melhor que para educá-la que seus pais, que a conhecem desde seu nascimento. Os direitos da família sobre sua prole são invioláveis e anteriores ao Estado; sendo conferidos pela geração natural e pelo amor conseqüente, entre pais e filhos (SIQUEIRA, pp. 222 a 230, 1942). Mas que educação os pais devem dar a sua prole? Para que?

É uma lindíssima lição de santo Tomás: Mais devem os pais desejar para os filhos a herança do céu do que a sua. Assim como de Deus tem o pai e o filho, assim para Deus e seu serviço há de educar a prole. É honra para os cônjuges ter o filho em comum com Deus, de tal sorte que seu filho deles segundo a carne seja de Deus filho pela graça. Mais devem amar nos filhos a qualidade de filhos de Deus, do que de filhos deles mesmos; mais estimar que sejam bons do que simplesmente existam. (SIQUEIRA, p. 231, 1942).

A palavra escola vem do grego *scholé*. Os romanos traduziam tal termo para o latim como *otium*, ócio em português. Embora contemporaneamente esta palavra tenha ganhado uma conotação ambígua, ela significa abertura ou imersão na realidade, o que liga claramente a educação, a filosofia e a metafísica e a religião (BARCELLOS, pp. 85 e 86, 2009).

Na Idade Média a criança recebia toda sua educação na família e aprendia a trabalhar com o pai ou nas oficinas, e não se fazia tão importante saber ler. Quase não existiam escolas. Com a descoberta ou invenção da imprensa e o surgimento dos jornais, não saber ler deixava o indivíduo à margem dos fatos e os aumentos da jornada de trabalho dificultaram a educação familiar. Neste momento as escolas começam a se popularizar, o que mostra claramente que a escola é e deve ser extensão da família. Um pouco mais a frente no tempo começa a surgir nas constituições a idéia do dever dos Estados darem a educação pública (PRADO, pp. 92 a 95, 1991). A estatização da escola se começa na Reforma, se concretiza na Revolução Francesa, e se torna desastrosa com a Modernidade e a Filosofia das Luzes, por motivos já apontados.

Como se percebe na etimologia da palavra escola esta deveria ser um local dedicado à contemplação:

Para fazer valer o ócio é que devemos aprender a meditar, isto é, a pensar a partir da ignorância e da sabedoria, a disposição para a escuta. E isso é, por surpreendente que possa parecer, a tarefa primordial da escola. Primeiro porque é a condição para que se estabeleça a comunicação docente-discente, o dialogo educativo em torno da verdade. E depois, porque é a via que nos foi dada para superar a dicotomia teoria-prática, e combinar as tarefas precípuas da escola com o urgente e inadiável respeito à realização de cada pessoa, em vista da posse do bem.

Assim sendo, não são concessões feitas ao arbítrio da subjetividade de cada um que podem moderar o nivelamento, a massificação e a instrumentalização violenta da pessoa, posta em função dos sistemas de hegemonia e poder na escola e por meio da escola. E sim o retorno à dinâmica prudencial das virtudes, fundamento de toda docência e condição de toda realização legítima das diferenças, assumidas como “vocações” (BARCELLOS, p.39, 2009).

3. 4. O professor

Por sua vez, a palavra professor vem do latim *professore*, “aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte, uma técnica, uma disciplina; mestre [...] aquele que professa publicamente as verdades religiosas” (FERREIRA, p. 1644, 1991). Outra etimologia, também do latim, é a que deriva de *professum*, sendo também origem da palavra profissão, e vem do verbo *profiteri*, sendo traduzida como

dar a conhecer, ensinar, ser professor. Isto mostra que em toda profissão reside algo de alienação, um passo para fora de nós mesmos em direção ao outro, pois só podemos oferecer o que temos (BARCELLOS, pp.45 e 46, 2009). Isto demonstra dois fatos: a docência, enquanto profissão, é um ato de amor, generosidade e caridade; e é um trabalho que tem como principal exigência conhecer a verdade, pois só assim se pode conduzir alguém á ela.

Pois o docente não causa no discente a verdade, mas o conhecimento da mesma. Pois, as proposições ensinadas são verdadeiras antes de serem conhecidas, porque a verdade não depende da nossa sciencia, mas da existência das cousas. (AQUINO, p.112, 1935)

Há uma série de dificuldades ao magistério: em Mateus 23, 8 existe a afirmativa de apenas Deus pode ensinar algo ao homem; o docente transmite seus conhecimentos através de símbolos e é obviamente melhor conhecer a coisa em si do que uma mera representação; o conhecimento prévio do aluno pode não lhe permitir a apreensão da lição, caso não tenha algum conhecimento mínimo do que está em questão, não compreenderá o que os símbolos estão representando; o conhecimento é acidental e como tal não pode trocar de essência, e a educação parece ser uma transfusão de conhecimento; etc. Mesmo diante de tantos empecilhos, o homem educa, sim, o seu semelhante. Ora a educação é atualização de potencias e o conhecimento é uma delas. De fato o mestre único e perfeito é o próprio Deus, pois apenas Ele pode mostrar a verdade em si para sua criação. Ele infunde o conhecimento nos homens e é necessário um estímulo externo para que este se atualize em cada um dos indivíduos e ai se dá a atuação do professor humano, que conheça em ato aquilo que será lecionado, e a utilidade dos sinais. A atualização das potências depende unicamente de Deus, pois apenas Ele pode atuar em toda a realidade humana (AQUINO, pp.47 a 83, 1935). Por isto o docente, apesar de secundário, não é descartável ou substituível.

O papel do professor é fundamental. Ele precisa possuir os hábitos que pretende ensinar. Mais do que memorizar os saberes, conteúdos e informações que fazem parte de sua disciplina. De fato, em um mundo em que as informações estão disponíveis e o acesso aos conteúdos idem, o papel do professor se torna até mais evidente. Nisto reside sua maestria: em que ele sabe pensar os objetos, refazer os caminhos que conduziram os descobridores e cientistas às teses e fórmulas a serem ensinadas, e propor ao aluno o diálogo competente para que o mesmo refaça a trajetória do pensamento. O professor é mestre em uma “disciplina”, isto é numa competência que se compõe de um conteúdo específico e de um conjunto de hábitos que estabelecem um diálogo com o “discípulo” de tal modo a permitir que este se aproprie dos conteúdos e dos hábitos de um modo de certa forma seu. [...]

Todo professor é, de certa forma, professor de filosofia. É preciso que se aproprie desta vocação e se torne mestre, dominando o tema dos princípios e dos fins de seu *métier*, o que segundo Santo Tomás é a “missão do sábio”. [...]

O termo “dignidade”, quando falamos em dignidade filosófica da profissão do magistério, diz respeito à excelência dos fins a que o professor é chamado. Diz Santo Tomás na *Suma Contra os Gentios* (I, 1), referindo-se ao Livro dos Provérbios (*Prov.* 8.6), que a missão do sábio é “ensinar a verdade e combater o erro”, e que só pode assim proceder porque sabe ordenar o pensamento de maneira mais perfeita, uma vez que só ele concebe “o fim universal, que é também o princípio”, e que é mais excelente do que os fins menores, subalternos, mais particulares, a que se dedicam outras profissões. Ora, diz Santo Tomás, o fim do universo é a verdade, logo, a missão do sábio é dar testemunho da verdade, discorrer sobre as questões daí decorrentes e refutar o que dela discrepa. Mas o educador sabe que não sabe, para poder levar a saber; e assim tem parte com a sabedoria enquanto filósofo. Lida com a ignorância, sua matéria é a psicologia acostume-se ao fenômeno da perda, da ausência, do ensaio, o que faz de seu ofício uma arte antes de ser uma ciência. Ora, enquanto arte, lida acima de tudo com inutilidades, com paciências e perdas de tempo. Por mais que a escola contemporânea o recrute para o engajamento produtivo, que transforma seu ócio num negócio, o educador há-de se valorizar precisamente na pertença de sua profissão à vocação de pensador a que é chamado e o distingue. Aqui, é o homem que dignifica o trabalho, a vocação que dá sentido à profissão, e não vice-versa (BARCELLOS, pp.26 e 27,52 e 53, 2009).

Desta forma, tornam-se claras as peculiaridades da docência enquanto profissão. O docente auxilia a família na formação das novas gerações, mostrando aos seus alunos todo o tesouro que a tradição acumulou através dos tempos, dando-lhes assim a noção de quem eles são e até aonde podem chegar. O professor é uma causa auxiliar do conhecimento, sendo a principal o próprio aluno. Pode ser chamado verdadeiramente de mestre o homem que ensina a verdade e ilumina a mente. A potência não se atualiza por conta própria. O homem pode adquirir a ciência de forma intrínseca, quando descobre, e extrínseca, quando é educado. Por isto o mestre deve necessariamente saber aquilo que está lecionando, pois, de modo contrário, a atualização em seus alunos não se dará de forma adequada e certa. Sem um professor o processo de aquisição do conhecimento seria demasiadamente ineficiente e demorado. Quanto aos símbolos, estes resumem a experiência de gerações e evitam o inconveniente de, metaforicamente, reinventar a roda. O professor, o médico e o agricultor possuem papéis similares: do mesmo modo que o médico não é causa da cura de seu paciente, o agricultor não é a causa de uma planta e muito menos o professor não é a causa do conhecimento em seus alunos. Os três são auxiliares da natureza, facilitadores do processo natural (*Ars Cooperativa Naturae*). Não deixam de ser necessários, pois em alguns casos,

se o médico não tomar as devidas providências seu paciente irá, naturalmente, morrer; o agricultor pode perder sua lavoura se não cuidar da mesma; e os alunos continuaram na ignorância, se seu professor os deixar desamparados. Sem sombra de dúvida, o melhor exemplo de mestre que já pisou neste mundo é Jesus Cristo, tanto por suas qualidades pessoais quanto por seu método educacional e os resultados obtidos. (SIQUEIRA, 196 a 203, 246 a 258, 1942; PRADO, pp.41 a 45, 1991).

3. 5. O aluno

A palavra aluno vem do latim *alumno*, e tem por significado, originalmente, “criança que se dava para criar; pessoa que recebe [...] educação de algum mestre [...] ou estabelecimento de ensino, [...] aquele que tem escassos conhecimentos em certa matéria, ciência ou arte, aprendiz” (FERREIRA, p.110, 1999). Outro sentido que lhe é atribuído vem de *alumnos* e tem por significado “sem luz”, que pode referir-se à sina de tal criança abandonada, ou ao fato de tal pessoa, devido à ignorância, não ter a razão iluminada pela verdade, sendo que as duas frisam a triste situação de desamparo de tal indivíduo. Más este segundo significado tem gerado uma série de controvérsias em torno da etimologia do termo, sendo mais adotada a primeira significação (MAMEDE, s.d.; TRAVITZKI, 2009).

O aluno se tornou uma figura passiva no processo educativo a partir da laicização da educação. É interessante notar que, para a educação tradicional católica, o aluno sempre foi uma figura ativa na procura do conhecimento, tanto que na Idade Média não existiam manuais para os professores, mas sim para os alunos, como os escritos de Hugo de São Vitor (RAMALHETE, 2012). Um dos méritos da educação contemporânea é, justamente, voltar o foco do processo educativo para o aluno (MARITAIN, p.62, 1959).

O aluno é a causa eficiente da educação. A educação é um processo de aperfeiçoamento imanente, sendo toda educação externa, do professor para o aluno, falsa, pois este tipo de docência também é chamado de adestramento. O aluno não é e nem pode ser passivo porque deve partir dele o impulso para o seu próprio aperfeiçoamento. Também são dele as potências a serem aperfeiçoadas. O professor como já foi demonstrado é um mero guia ou auxiliar do aluno (SIQUEIRA, pp.173 a 175, 1942).

3. 6. A educação e a sua meta

Um tema muito debatido contemporaneamente é a questão da qualidade na educação. O problema é que se entende por qualidade em educação apenas os índices de aprovação, uma concepção superficial, errônea e simplista do que seria realmente qualidade na educação.

A palavra qualidade vem do latim *qualitas*, e abrange uma conceituação muito ampla. Aristóteles dá a tal palavra quatro conceituações, sendo as melhores e mais completas feitas até hoje: qualidade enquanto hábitos e disposições, tendo por diferença o fato de que os hábitos (ex.: as virtudes) são mais estáveis e duradouros que as disposições (ex.: a saúde); qualidade enquanto distinção (ex.: saudável e doente); qualidade enquanto objeto dos sentidos (e.x: as cores, os sabores, etc.) e a qualidade enquanto formas (ex.: quadrado, triângulo, etc.) e determinações geométricas (ex.: curvilíneo, retilíneo). Pouco ou nada foi acrescentado a tal lista com o passar do tempo. Esta definição de qualidade possui ligações estreitas com a metafísica aristotélica. Por sua vez a palavra quantidade vem do latim *quantitas*, e foi definida por Platão e Aristóteles como “a possibilidade de medida”. Tal definição perdurou até o início da modernidade. Algum tempo depois, com o cientificismo, tais noções de qualidade e quantidade passam a ser desvirtuadas, e suas conseqüências persistem até a contemporaneidade:

A tendência geral do pensamento científico a reduzir a qualidade a quantidade foi interpretada de maneira singular por Hegel, que falou em “linha nodal das relações de medida”. A mudança gradual da quantidade levaria em certo ponto (ponto ou “linha nodal”), à mudança da qualidade, e a mudança gradual desta nova qualidade levaria a outro ponto nodal, e assim por diante. Hegel observa que, do lado qualitativo, a passagem para uma nova qualidade “é um salto: as duas qualidades são postas de modo completamente extrínseco uma a outra”, e por isso a gradualidade da mudança quantitativa não permite compreender o devir [...]. Com isso ele negava a passagem da quantidade à qualidade ou vice-versa servisse para alguma coisa. Isso, porém, não impediu que Engels considerasse “a conversão da quantidade em qualidade” como lei fundamental da dialética e visse em Hegel o descobridor desta lei [...] (ABAGNANNO, pp. 957 a 959, 2007)

Tal absorção da qualidade pela quantidade se mostra um imenso problema, pois nega a natureza humana e conseqüentemente seu fim e toda a visão da realidade:

Nossa cultura moderna tem se mostrado avessa ao mistério, desqualificando a metafísica e a fé, e dá à ciência positiva uma proeminência nunca antes vista. Esse vício, está visto, não é da ciência em si, mas da cultura cientificista, sendo mais um erro de imprudência na

apreciação das condições de acesso à realidade, que concebe o mundo como algo virtual, mais como modelo matemático do que algo real, feito de surpresas e aventuras. [...] esta distorção afeta substantivamente a escola, e tem sido ocasião de grandes injustiças e constrangimentos na busca da realização de muita gente (BARCELLOS, p.41, 2009).

A ligação entre qualidade e metafísica é clara, pois através das características abstraídas dos indivíduos se intui o ser, levando à questão sobre a natureza da verdade. Tal palavra, verdade, vem do latim *veritas*, e significa “conformidade com o real, exatidão, realidade [...]” (FERREIRA, p. 2060, 1999). Para uma melhor conceituação de tal termo existe uma definição, bem maior e mais completa:

A palavra verdade significa “validade ou eficácia dos procedimentos cognitivos. Em geral, entende-se por verdade a qualidade em virtude da qual um procedimento qualquer torna-se eficaz ou obtém êxito. Essa caracterização pode ser aplicada tanto às concepções do conhecimento como processo mental quanto às que o consideram um processo lingüístico ou sígnico. Ademais, tem a vantagem de prescindir da distinção de verdade e critério de verdade. Essa distinção nem sempre é feita, nem é freqüente; quando feita representa apenas a admissão de duas definições de verdade. Por exemplo, na teoria da correspondência, quando se faz a distinção entre esta e critério de verdade, este é definido como evidência recorrendo-se ao conceito de verdade como revelação e a teoria da verdade como conformidade a uma regra, apresentada por Kant como critério formal ao lado do conceito de verdade como correspondência, torna-se então uma definição própria de verdade.

É possível distinguir cinco conceitos fundamentais de verdade: 1º a verdade como correspondência [pré-socráticos a medievais]; 2º a verdade como revelação [helênicos a medievais]; a verdade como conformidade a uma regra [Platão, Agostinho, Kant]; 4º a verdade como coerência [Spinoza, idealismo inglês]; 5º a verdade como utilidade [pragmatismo, Nietzsche]. [...] a coexistência de dois conceitos de verdade [no pensamento de um filósofo] não é rara. [...] Agostinho, por um lado define a verdade como “aquilo que é como aparece” (*Solil., II, 5*) e por outro considera como verdade “aquilo que se revela o que é, ou que se manifesta”; neste sentido, identifica a verdade com o *Verbum* ou *Logos*, que é a primeira manifestação imediata e perfeita do ser, ou seja, de Deus (*De Vera rel., 36*). Por sua vez, Tomás de Aquino, retomando uma definição de Isaac Ben Solomon, do século IX, define a verdade como “adequação entre o intelecto e a coisa” (*S.Th., I, q.16, a.2; Contra Gent. I, 59; De Ver., q. I, a.1*), mas ao mesmo tempo que mantém, em relação ao homem, a tese aristotélica de que as coisas –e não o intelecto- são a medida da verdade, inverte essa tese no que diz respeito a Deus: “o intelecto divino é mensurante, e não é mensurado; a coisa natural é mensurante e mensurada, mas o nosso intelecto é mensurado e não é mensurante em relação as coisas naturais; é mensurante só em relação às coisas artificiais” (*De ve. q. I, a. 2*) Portanto, existe também uma verdade das coisas, que é aquilo em virtude do que as coisas se assemelham ao seu princípio, que é Deus; nesse sentido, Deus é a primeira e suprema realidade (*S. Th., I, q. 16, a.5*) (ABAGNANNO, pp. 1182 e 1183, 2007).

É a verdade que deve estar no centro da educação (SIQUEIRA, pp.127 a 137, 1942; PRADO, p. 27, 1991; BARCELLOS, p. 47, 2009). Uma educação que se queira realmente de qualidade não pode reduzi-la a fatores meramente

quantificáveis, e reduzir à verdade a conformidade com alguma ideologia ou com a mera utilidade para o Estado, para o mercado de trabalho ou para a sociedade. O fim último do homem é sobrenatural e ele deve dirigir-se ao seu fim de maneira consciente e livre. Daí surge a necessidade de uma educação integral, para formar o homem em sua universalidade, pois a razão tem por objeto o conhecimento da verdade, a vontade tende para o bem e é através do corpo que nos manifestamos neste mundo e por meio dos sentidos que conhecemos. A educação tem de dar-se nestes níveis: o físico/volitivo, aperfeiçoando tanto o corpo quanto a vontade, e o sensório/racional, para aperfeiçoar a razão e o espírito. “Natureza eminentemente intelectual, Deus teve uma finalidade na ação criadora, finalidade que não pode ter sido diversa dele mesmo, dado que se o fosse haveríamos de reconhecer algo de superior ao próprio Deus” (SIQUEIRA, pp. 56, 127, 259 a 306, 1942).

Deus é a Excelsa Verdade e, portanto é o objeto da razão humana; Deus é o Sumo Bem, o objetivo da vontade do homem. O ser humano se aperfeiçoa para ser digno da suprema perfeição, que é Deus.

CONCLUSÃO

A educação tradicional laica é conseqüência do Protestantismo, da Modernidade, da Filosofia da Ilustração e da Revolução Francesa. Se existe algum benefício na educação pública estatizada, deve ser, principalmente, para o próprio Estado.

O Estado contemporâneo é uma instituição que perdeu seu fim de vista. Em muitas atitudes e medidas que o Estado toma - quando são avaliadas em sua totalidade, de seus princípios aos seus fins, analisando suas conseqüências - são perceptíveis as inclinações estatais de adular o sistema econômico, sendo que para tal, o bem comum é, convenientemente, deturpado ou negligenciado; e o homem, a família, e, conseqüentemente, toda a sociedade, são sacrificados.

Quando o Estado contemporâneo não está ocupado atendendo aos interesses do sistema econômico, cuida de sua auto-afirmação; através de políticas públicas demagógicas e populistas. Isto quando não faz os dois ao mesmo tempo. O Estado se tornou uma estrutura autoconsciente e, a exemplo de um tumor maligno, tem como único fim sua própria existência, e por isto ele aliena o indivíduo e explora direta e indiretamente a sociedade. O Estado hodierno não é democrático, mas sim uma tirania plutocrática.

Em um Estado realmente democrático e legítimo, onde tal organização não perdeu seu fim último de vista, a educação tem como fim aprimorar o homem como um todo e de forma integral. Em ordem decrescente de importância é possível distribuir assim tal nação: indivíduo, família, sociedade e Estado. De fato, o todo é mais importante e maior que suas partes, mas tendo em vista realidade, o Estado nada mais é do que uma extensão da sociedade, e não ela toda, e este deve ter por fim o bem comum; o fim da sociedade é ser um apoio para a auto-realização de cada um dos indivíduos, pois é na sociedade que se encontram os meios para isto; e a família, que é a forma mais primitiva e básica da sociedade, mesmo não sendo autônoma como a sociedade, prepara os indivíduos para ela. Ai entra a escola, pois as famílias atualmente não têm condições para dar toda a educação que sua prole necessita, então a sociedade, através do Estado, dá esta complementação e apoio à família.

O fim último do Estado é o bem comum, e seu meio para atingir tal meta é o gerenciamento da coisa pública; o fim último da sociedade é a plena realização de cada um dos indivíduos e o faz disponibilizando meios para isto; a meta da família é gerar e educar sua prole, preparando-a para a vida em sociedade; e o fim último do indivíduo é a sua própria perfeição, e a atinge através da educação. Para que este todo funcione de forma harmônica é mais do que imprescindível a educação integral, pois só ela prepara adequadamente o indivíduo em sua totalidade.

O fim último do homem é o próprio Deus, pois este é a perfeição em si, e mais perfeito é o homem que está próximo Dele. A Igreja, enquanto instituição criada por Deus, guardiã de toda a herança ocidental e beneficiadora de todo o conhecimento, é a mais perfeita escola. É também a ligação direta entre o homem e seu criador.

Por tudo isto, uma educação verdadeira e integral tem como preceitos o cristianismo católico e conseqüentemente, o tomismo como filosofia de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AQUINO, Tomás de. *De Magistro*. Traduzido por Leonardo Van Acker in: MAYER, Mary Helen; FITZPATRICK, Edward A. *A Filosofia da Educação de Santo Tomás de Aquino*. Traduzido por Maria Ignez de Moraes Cardim. São Paulo: Odeon, 1935.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 6ª edição, 2012.

BARCELLOS, Marcos Cotrim de. *Filosofia Para Educadores: Ensaio Sobre a Liberdade*. Goiânia: Kelps, 2009.

BORGES, Donaldo de Assis. *Reflexão sobre educação a partir da ótica filosófica: uma análise da primeira parte do Discurso do Método, de Descartes (1596-1650)*. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/filosofia/reflexao-sobre-educacao.htm> Acesso em 20-06-2013.

CANCIAN, Renato. *Guilherme de Ockham: Causa e Efeito*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/guilherme-de-ockham-causa-e-efeito.htm> Acesso em 21-08-2013.

CARLOS, José. *Estudo. Propostas do Movimento da Educação Nova ou Escola Nova*. Disponível em <http://www.meuartigo.brasilecola.com/educa%C3%A7%C3%A3o/educa%C3%A7%C3%A3o-moderna-contemporanea.htm> Acesso em 09/11/2013.

COSTA, Emileide Lucineia da Costa. *Ensino Tradicional*. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/11345/ensino-tradicional> Acesso em 29-06-2013.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. *Fundamentos de Filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALBOSCO, Cláudio Almir. *O Iluminismo Pedagógico de Rousseau*. Disponível em: <http://rousseaustudies.free.fr/articleailluminismopedagogico.pdf> Acesso em 26-06-2014.

DUARTE, Ercílio Ferreira. *A Educação na Idade Média*. Disponível em: <http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/a-educacao-na-idade-media/> Acesso em 23-06-2013.

FERRARI, Marcio. *Martinho Lutero*. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.br/aprendizado/martinho-lutero-307574.shtml> Acesso em 03/07/2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª edição, 1999.

FOGAÇA, Jennifer. *Tendências Pedagógicas Brasileiras*. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/tendencias-pedagogicas-brasileiras.htm> Acesso em 29-06-2013.

FRANCA, Leonel. *Noções de História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1969, 20ª edição.

FREITAS, Manuel da Costa. *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* vol. 3. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1999.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. *Francis Bacon: Teoria, Método e Contribuições para a Educação*. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/620> Acesso em 13-05-2014.

GONCALVES, Maria Dativa de Salles. História das ideias pedagógicas no Brasil (Col. Memória da Educação). **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 136, Apr. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100016&lng=en&nrm=iso>. access on 25 May 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000100016>.

HAMZE, Amélia. *Escola Nova e o Movimento de Renovação do Ensino*. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm> Acesso em 03-06-2013.

HANKO, Ronald. *Livre-arbítrio: a salvação depende da escolha da pessoa?* Traduzido por Felipe Sabino de Araujo Neto. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/libre_arbitrio/libre-arbitrio-salvacao_hanko.pdf Acesso em 24-05-2014.

JUNIOR, Edmilson Tinoco Vilela. *Ensino Tradicional*. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAARCAAA/ensino-tradicional> Acesso em 29-06-2013.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 3, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 25 May 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>.

MAMEDE, Newton Luís. *“Aluno” ou “Estudante”*. Disponível em: <http://www.revelacaoonline.uniube.br/ombudsman/alunoii.html> Acesso em 25-05-2014.

MARITAIN, Jacques. *Rumos da Educação*. Traduzido por Inês Fortes de Oliveira. Rio de Janeiro: Agir, 2ª edição, 1959.

MAYER, Mary Helen; FITZPATRICK, Edward A. *A Filosofia da Educação de Santo Tomás de Aquino*. Traduzido por Maria Ignez de Moraes Cardim. São Paulo: Odeon, 1935.

MENDONÇA, Alba Valéria. *Colégio de São Bento, no Rio, volta ao topo do ranking do Enem no país*. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/09/colégio-de-sao-bento-no-rio-volta-ao-topo-do-ranking-do-enem-no-pais.html> Acesso em 19-05-2013.

MENDONÇA, Martha. *O ponto fraco do ensino forte*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI253350-15228,00-O+PONTO+FRACO+DO+ENSINO+FORTE.html> Acesso em 19-05-2013.

MONDIM, Battista. *Curso de Filosofia vol.1*. Traduzido por Benôni Lemos. São Paulo: Edições Paulinas, 3ª edição, 1985.

MOURÃO, Helder. *A Pedagogia Tradicional Ontem e Hoje*. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/a-pedagogia-tradicional-ontem-hoje.htm> Acesso em 29-06-2013.

PIO XI. *Divini Illius Magistri*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html Acesso em 25-05-2014.

PRADO, Lourenço de Almeida. *Educação: Ajudar a pensar, sim. Conscientizar, não*. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

PRADO, Lourenço de Almeida. *Educação para a Democracia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RAMALHETE, Carlos. *A doutrina revelada sobre a graça*. Disponível em: <http://www.catolicoporque.com.br/index.php/colaboradores/carlos-ramalhete/artigos-cr/2676-graca-doutrina-revelada-sobre-a-graca> Acesso em 19-03--2014.

RAMALHETE, Carlos. *Pedagogia Escolástica e Pedagogia Moderna: a Passagem do Pensamento Clássico ao Pensamento Moderno*. Disponível em: <http://www.catolicoporque.com.br/index.php/colaboradores/carlos-ramalhete/artigos-cr/2769-educacao-pedagogia-escolastica-e-pedagogia-moderna-a-passagem-do-pensamento-classico-ao-pensamento-moderno> Acesso em 21-08-2013.

RAMIRO, Marcelo. *A Reforma Protestante e sua Contribuição para a Educação Moderna*. Disponível em: <http://metodista.br/fateo/noticias/a-reforma-protestante-e-sua-contribuicao-para-a-educacao-moderna> Acesso em 03-06-2013.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. *Gutenberg e o letramento do ocidente*. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 1, n. 1, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/educacaoelinguagens/documentos/v1n1/188-201.pdf> Acesso em 24-05-2014.

STANLEY, Bob. *Católico...* Disponível em:
<http://www.thecatholictreasurechest.com/pcath.htm> Acesso em 25-05-2014.

SAVIANI, Demerval. *As concepções pedagógicas na história da educação brasileira*. Disponível em:
http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/maria/materiais/3_Saviani_Concepcoes_Pedagogicas.pdf Acesso em: 19-05-2013.

SILVA, Gabriela Souza. *Escolástica*. Disponível em:
<http://www.pedagogiaaopedaleta.com.br/tags/escolastica/> Acesso em 23-06-2013.

SIQUEIRA, Antonio Alves de. *Filosofia da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1942.

TRAVITZKI, Rodrigo. *O mito de que a palavra “aluno” significa “sem luz”*. Disponível em: <http://rizomas.net/filosofia/principios-filosoficos/213-o-mito-de-que-a-palavra-qalunoq-significa-qsem-luzq.html> Acesso em 25-05-2014.

VIDAL, José Fernandes. *Observações do Tradutor*. Disponível em:
<http://agnusdei.50webs.com/exsdom2.htm> Acesso em 24-05-2014.